

A política trocada em miúdos

Fotos Daniela Barcellos

Responda sem titubear: qual a diferença entre sanção e promulgação? Quando o deputado deve pedir pela ordem ou formular uma questão de ordem? Uma emenda modificativa e um substitutivo têm o mesmo valor? Não saber essas respostas não é motivo de vergonha ou desespero. Estes são alguns termos técnicos de uma extensa lista que poderia constituir um verdadeiro Glossário do Legislativo.

Nas sessões deliberativas do plenário, o bombardeio de nomenclaturas é capaz de desorientar os desavisados. É substitutivo para cá, destaque para lá, indicação legislativa, projeto de resolução, redação do vencido, e por aí vai. Na Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo, a lista dos termos indigestos é encabeçada por “baixa em diligência” e engordada pelo quarteto “prejudicabilidade”, “injuridicidade”, “ilegalidade” e “inconstitucionalidade”.

O JORNAL DA ALERJ foi buscar no Regimento Interno, no dicionário e no conhecimento dos funcionários mais experientes do Legislativo a “tradução” dessas e de muitas outras expressões sempre presentes no dia-a-dia da Casa. Também elaboramos um teste, para o leitor avaliar seus conhecimentos. Se o resultado não for satisfatório, não se desespere: vem aí a Escola do Legislativo Fluminense, que dará início às suas atividades este ano.

PÁGINAS 4 e 5



TV Alerj causa mudanças no figurino dos parlamentares

PÁGINA 2

Parlamento Juvenil inspira deputados do Rio Grande do Sul

PÁGINA 3

A redução do número de vereadores em debate

PÁGINA 6

O reality show das leis, sem cortes

CHEGADA DA TV ALERJ TROUXE AOS PARLAMENTARES NOVAS PREOCUPAÇÕES COM O VISUAL E COM AS ATITUDES

MARIANA MAGRO

Alguns deputados da Alerj apareceram com o visual renovado neste primeiro semestre de 2004. O principal motivo desta mudança – principalmente no guarda-roupa e nas atitudes – foi a chegada da TV Alerj. Eles aproveitam a programação da TV, seja ao vivo ou editada, e os flashes dos fotógrafos e repórteres da imprensa interna e externa, para defender com maior ênfase seus projetos em pauta, articular temas e discussões em seus

partidos e estar sempre presentes nas atividades da Casa.

Marinheiras de primeira viagem, as deputadas Waldeth Brasiel (PL) e Edna Rodrigues (PMDB) receberam de seus assessores e eleitores dicas de comportamento e de vestuário. “A TV Alerj mexeu com nossa vaidade inconscientemente, nos deixando mais exigentes com as roupas e inovações”, reconhece a deputada Edna Rodrigues, que além de deixar o cabelo crescer também emagreceu, não só pela vaidade, mas por motivo de saúde.

Waldeth Brasiel admite que a TV Alerj, indiretamente, causou mudanças nos deputados, inclusive nela. Segundo ela, a exibição das sessões ao vivo possibilita ao eleitorado avaliar a atuação dos parlamentares. “Acredito que meu eleitorado está satisfeito com meu mandato, principalmente depois da TV Alerj, pois pôde ver que já apresentei 84 projetos de lei, sendo três deles aprovados e sancionados pela governadora. Minha função é legislar, e a população tem o direito de saber o que estou fazendo por ela”, afirma a deputada, que trocou seus óculos convencionais por um anti-reflexo.

Reconhecidamente polêmico, o depu-



Daniela Barcellos

Novo visual de Edna Rodrigues e Waldeth Brasiel

tado Marcos Abrahão (PDT) sempre gosta de inovar o visual, ora com cavanhaque, ora sem. Para ele a chegada da TV teve um lado positivo, pois está podendo mostrar a seus eleitores quem ele é, após o término da CPI que tentou cassar seu mandato. “Às vezes volto para casa de catamarã e meus eleitores dizem ter me visto na TV Alerj, defendendo e ajudando a aprovar e vetar projetos”, conta. Muitos deputados dizem que se sentem em um *reality show*, onde tudo é mostrado sem cortes e os eleitores, podem acompanhar cada passo de seu trabalho.



Leandro Marins

Abrahão agora é abordado na volta para casa

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
dcs@alerj.rj.gov.br Tel: 2588-1404/1383

PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:

Heloneida Studart

2º Vice-presidente:

José Távora

3º Vice-presidente:

Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:

Fábio Silva

1º Secretária:

Graça Matos

2º Secretário:

Léo Vivas

3º Secretário:

Acárisi Ribeiro

4º Secretário:

Nelson do Posto

1º Suplente:

Leandro Sampaio

2º Suplente:

Eliana Ribeiro

3º Suplente:

Nelson Gonçalves

4º Suplente:

Rogério do Salão

Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa

Coordenadora:

Fernanda Galvão

Repórteres:

Alfredo Junqueira, Geiza Rocha

e Luiz Marchesini

Estagiários:

Andreia Quelhas, Camila Parada,

Fernanda Pizzotti, Fernanda Porto,

Florence Jacq, Gabriel Mendes,

Guilherme Costa, Leandro Marins,

Mariana Magro, Melissa Ornelas e

Ramien Brum

Fotografia:

Daniela Barcellos

Diagramação:

Rodrigo Graciosa

Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

Tiragem:

2 mil exemplares

FRASES DA SEMANA

“A Polícia Civil tem uma grande missão: prender esse desavergonhado, esse traficante, conhecido como Dudu. Espero que em breve a sociedade se tranqüilize com o encarceramento desse facínora, desse marginal.”

Paulo Melo (PMDB).

“O Governo federal está demonstrando o desejo de ter *freelancers* como funcionários públicos.”

Gilberto Silva (PPS), sobre a medida provisória editada pelo Governo federal que aprova a criação de cargos públicos.



“O papel do Parlamento é promover o debate das idéias, mas não o debate pelo debate.”

Edmilson Valentim (PC do B).

Jovens conquistam novos espaços

INSPIRADO NO PROJETO FLUMINENSE, PARLAMENTO JUVENIL SERÁ IMPLEMENTADO ESTE ANO NO RIO GRANDE DO SUL

Mariana Magro

LUIZ MARCHESINI

O Parlamento Juvenil, projeto iniciado em 2003, na Alerj, pelo presidente da Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB), está rendendo frutos. Inspirada na experiência fluminense, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (Alergs) realizará o projeto pela primeira vez no estado. Em 2003, representantes da Alergs, entre eles o presidente do parlamento gaúcho, deputado Vieira da Cunha (PDT), estiveram na Casa para conhecer de perto os detalhes do projeto. Servidores da Alerj também estiveram na assembléia gaúcha para prestar consultoria, adequando o Parlamento Juvenil às particularidades do estado, que possui 496 municípios (o Estado do Rio tem 92).

O Parlamento Juvenil do Rio Grande do Sul foi instalado em 22 de março de 2004 como um projeto prioritário do presidente Vieira da Cunha (PDT). Sob a coordenação geral do diretor da Escola do Legislativo da Alergs, Luís Antônio Costa da Silva, o Parlamento Juvenil está em plena campanha eleitoral envolvendo 3.041 escolas estaduais.

Como ocorreu no Rio de Janeiro, a Assembléia gaúcha buscou parcerias com outros órgãos. No Sul, além da Secretaria de Estado de Educação, trabalham no projeto o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o Conselho Estadual de Políticas Públicas de Juventude (CPPJ), a União Gaúcha de Estudantes (Uges) e o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Coredes).

Segundo o presidente da Alergs, deputado Vieira da Cunha, a intenção é ampliar e aperfeiçoar o projeto da Alerj. “O Parlamento Juvenil é um evento inédito em nosso estado, que vai estimular nossos estudantes a viver situações reais envolvendo desde uma campanha eleitoral até a elaboração, apresentação e votação de projetos de lei em sessões plenárias”, acredita Vieira da Cunha.



A segunda edição do Parlamento Juvenil está marcada para o início de janeiro de 2005

O estudante que quiser participar deverá estar matriculado nos ensinamentos fundamental, médio, técnico-profissionalizante ou nos cursos do EJA (Educação de Jovens e Adultos) da rede pública estadual e ter entre 12 e 18 anos incompletos, até a data da primeira eleição (20 de abril). As mesmas regras valem para os eleitores.

As eleições serão realizadas em dois turnos. No primeiro, que ocorreu entre os dias 20 e 26 de abril, os alunos elegeram um representante por escola e, no segundo, marcado para o dia 20 de maio, o estudante que tiver mais votos no município irá concorrer a uma das duas vagas abertas para cada Coordenadoria Regional de Educação (órgão ligado à Secretaria de Estado de Educação, que engloba de cinco a dez municípios). O resultado final será divulgado no dia 25 de maio. Ao todo as 30 Coordenadorias regionais de Educação no estado irão eleger 60 deputados juvenis, 58 do interior e dois da capital.

Dias 21 e 22 junho, os deputados mirins eleitos farão um curso preparatório na Escola do Legislativo, que os ensinará a apresentar, defender e apreciar

propostas legislativas, tal como ocorre com os deputados eleitos pelo voto direto. Ainda em junho, os Conselhos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul organizarão plenárias regionais para discutir temas que subsidiarão a elaboração dos projetos de lei dos parlamentares juvenis. Cada deputado juvenil só poderá apresentar uma proposição em plenário.

O tempo para discutir e aprovar os projetos foi reduzido na versão gaúcha do Parlamento Juvenil. Em vez de uma semana, os parlamentares terão três dias, entre 26 e 28 de julho. A cada sessão serão eleitos os integrantes da Mesa Diretora que conduzirão os debates. “Todos os projetos aprovados serão entregues aos presidentes dos Três Poderes em cerimônia especial”, explica o deputado Vieira da Cunha.

No Rio de Janeiro, a segunda edição do Parlamento Juvenil será lançada na segunda quinzena de maio. Programado para ser instalado entre os dias 10 e 14 de janeiro de 2005, o projeto contará com o apoio da Secretarias estaduais de Educação, Ciência e Tecnologia, Infância e da Juventude e do TRE.

Para não se perder na votação

Entender o vocabulário ajuda a acompanhar o que se passa no plenário

GABRIEL MENDES

Em votação. Os senhores que aprovam permaneçam com estão. Aprovado. Vai a autógrafo. O texto, comum aos ouvidos dos frequentadores do plenário, é proferido sempre que um projeto é aprovado na Assembléia Legislativa. Mas, ao contrário do que pode parecer, o autógrafo em questão não é a simples assinatura do presidente da Alerj, deputado Jorge Picciani (PMDB), ou da governadora Rosinha Garotinho. Autógrafo é o nome que se dá ao ofício enviado pelo chefe do Legislativo ao chefe do Executivo. É o veículo pelo qual os projetos de lei aprovados chegam às mãos da governadora.

Assim como autógrafo, existe um sem-número de termos técnicos e pouco conhecidos da maioria da população que recheiam as discussões de plenário e o dia-a-dia das comissões da Alerj. Há

nomenclaturas que confundem até mesmo assessores experientes e deputados. Muita gente não se arriscaria a explicar, por exemplo, os significados exatos de baixa em diligência, deliberação conclusiva e decurso de prazo. Para esclarecer estas e outras dúvidas, todos na Casa sabem a quem recorrer: Jocelino Alves Cabral, secretário-geral da Mesa Diretora e verdadeira enciclopédia ambulante do Legislativo.

Com duas décadas de experiência na Alerj, Jocelino fala sem pestanejar sobre os termos mais cabeludos. “Baixa em diligência acontece quando o relator de um projeto não tem todos os elementos para emitir um parecer e, por isso, pede informações ao órgão pertinente. Já o decurso de prazo ocorre, por exemplo, quando a governadora não se manifesta sobre um projeto de lei no tempo previsto e ele é automaticamente promulgado”, explica. E a tal deliberação conclusiva? “Ocorre quando a matéria não precisa ser submetida ao plenário. É o caso de um projeto que é rejeitado por todas as comissões ou é considerado inconstitucional por todos os membros da CCJ”, completa Jocelino, que desde o ano passado organiza um curso para

ensinar aos funcionários da Casa todos os trâmites do processo legislativo.

No plenário, a tábua de salvação dos deputados tem nome, sobrenome e apelido. O assessor da presidência Marcus Vinicius Giglio, o Marquinhos, é quem orienta todos os deputados que presidem as sessões plenárias, para que não sejam cometidos erros regimentais. Ele está sempre a postos, ao lado do presidente, para tirar dúvidas e ditar o ritmo das votações. “São detalhes que a gente só pega com a prática. Por exemplo: se um projeto recebe emenda na primeira discussão, ele vai à redação do vencido antes de retornar para o segundo turno. Agora, se a emenda é aprovada na segunda discussão ou em discussão única, aí o projeto vai a redação final. Se não tiver emenda vai a autógrafo, e se o projeto for rejeitado vai ao arquivo”, explica o didático Marquinhos.

Para não fazer feio nas discussões de plenário é preciso, ainda, distinguir as diferentes maneiras de pedir a palavra. Para fazer uma colocação referente à matéria em votação ou dar recados, o deputado pede **pela ordem**. Se houver uma dúvida regimental, o parlamentar intervém com uma **questão de ordem**. E, para fazer comentários pertinentes à fala de outro deputado, solicita-se o **aparte**.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) são muitos os termos técnicos e detalhes capciosos, mas nada que assuste o presidente da Comissão, deputado Paulo Melo (PMDB). “O mínimo que um deputado pode fazer quando entra na Casa é ler o Regimento Interno”, afirma o autodidata, que sabe o Regimento Interno e boa parte das Constituições Federal e Estadual na ponta da língua. Ele lembra que nas reuniões são analisados projetos de lei, de resolução, de decreto legislativo e de emenda constitucional, que podem receber emendas supressivas, aditivas, modificativas ou de redação. Para complicar, os pareceres podem ser: pela (in)constitucionalidade, pela (in)juridicidade, pela (i)legalidade, pela prejudicabilidade, pela transformação em indicação legislativa ou pela baixa em diligência. “Depois de cinco anos presidindo a comissão, não tem mais mistério”, garante Paulo Melo.

Daniela Barcellos



Teste seus conhecimentos

1. Se um veto do Poder Executivo é derrubado no plenário da Assembléia Legislativa, o projeto de lei será:

- (a) arquivado
- (b) promulgado em 48 horas pela governadora ou, após este prazo, pelo presidente da Assembléia
- (c) promulgado somente pelo presidente da Assembléia
- (d) automaticamente sancionado

2. Para que uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) seja constituída é necessário:

- (a) Requerimento com 24 assinaturas no início da Legislatura ou projeto de resolução aprovado em plenário
- (b) Requerimento com 24 assinaturas no início da Legislatura ou projeto de decreto legislativo aprovado em plenário
- (c) Requerimento com 24 assinaturas no início de uma sessão legislativa ou projeto de resolução aprovado em plenário
- (d) Requerimento com 24 assinaturas no início de uma sessão legislativa ou projeto de decreto legislativo aprovado em plenário

3. São matérias cuja iniciativa é exclusivamente do Poder Executivo todas as respostas abaixo, exceto:

- (a) Definição dos subsídios de governador, vice-governador e secretários de Estado
- (b) Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta
- (c) Organização da Procuradoria Geral do Estado
- (d) Instituição de fundos de qualquer natureza

4. Quantos dias as comissões permanentes têm para emitir parecer a projetos em tramitação ordinária, regime de prioridade e regime de urgência, respectivamente?

- (a) 14, 10 e 2
- (b) 15, 10 e 2
- (c) 15, 9 e 3
- (d) 14, 9 e 3

5. Qual a ordem correta das seguintes proposições na Ordem do Dia?

- (a) Segunda discussão de projeto de resolução, redação final de projeto de lei e discussão única de projeto de decreto legislativo
- (b) Discussão única de projeto de decreto legislativo, segunda discussão de projeto de resolução, redação final de projeto de lei
- (c) Redação final de projeto de lei, segunda discussão de projeto de resolução, discussão única de projeto de decreto legislativo
- (d) Redação final de projeto de lei, discussão única de projeto de decreto legislativo, segunda discussão de projeto de resolução

6. Em qual desses casos não se caracteriza a prejudicabilidade de uma proposição?

- (a) projeto idêntico a outro aprovado ou rejeitado na mesma sessão legislativa
- (b) emenda de sentido absolutamente contrário a de outra já aprovada
- (c) projeto idêntico a outro aprovado em legislatura anterior e transformado em lei
- (d) projeto idêntico a outro rejeitado em legislatura anterior

Respostas: 1b, 2a, 3a, 4d, 5c, 6d

Plenário de A a Z

Aparte: Intervenção à fala de outro deputado, pertinente ao assunto tratado.

Indicação Legislativa: Sugestão do deputado aos poderes Executivo, Judiciário, Tribunal de Contas ou Ministério Público em relação a matérias de sua iniciativa exclusiva.

Projeto de Decreto Legislativo: Regula matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo sem a sanção do Executivo.

Projeto de Lei Complementar: Regulamenta dispositivos constitucionais, complementando-os. Precisa da aprovação da maioria absoluta dos deputados (36 votos).

Projeto de Lei Ordinária: Regula matérias de competência do Legislativo, com a sanção da governadora. Depende da aprovação da maioria simples (metade mais um dos presentes).

Projeto de Resolução: Legisla sobre o Regimento Interno da Alerj e é a proposição utilizada para a concessão de títulos e medalhas.

Promulgação: É através deste ato que a lei passa a existir. Quando a governadora não promulga uma lei, após a sanção ou a derrubada de um veto, o presidente da Assembléia o faz.

Proposta de Emenda Constitucional: Visa a alterar a Constituição e necessita da aprovação de três quintos dos deputados (42 votos).

Redação do vencido: Novo texto de um projeto com a incorporação das emendas aprovadas em primeira discussão.

Redação final: É o texto definitivo de um projeto, com a incorporação de emendas aprovadas em segunda discussão ou discussão única.

Veto: Não acolhimento do projeto ou de parte dele pela governadora.

Se você acertou:

- 1) Todas as perguntas: Parabéns! Você já pode suceder o deputado Paulo Melo na presidência da CCJ
- 2) 4 ou 5 perguntas: Muito bem. Você está por dentro do processo legislativo
- 3) De 1 a 3 perguntas: Não se desespere. Três horas de leitura diárias do Regimento Interno durante uma semana podem resolver o problema
- 4) Nenhuma pergunta: Não tem jeito. Desista da carreira política

EM DEBATE: REDUÇÃO DO NÚMERO DE CADEIRAS NAS CÂMARAS DE VEREADORES

GILBERTO SILVA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PPS

De olhos bem abertos

A polêmica redução do número de vereadores em todos os municípios brasileiros ganhou a mídia e chegou para ficar. Todo esse rebuliço acontece justamente num ano eleitoral importantíssimo como o de 2004, quando se espera a “nacionalização” das eleições municipais por conta da chegada do PT ao poder.

Hoje, a Constituição determina que as câmaras devem ter tamanho proporcional à população do município, no que se refere ao número de vereadores, estabelecendo o mínimo de nove e o máximo de 55 parlamentares, de acordo com o número de habitantes. O problema é que a atual redação da Constituição, ao estabelecer esses limites, não detalhou que percentuais seriam utilizados na sua composição.

Esses parâmetros foram determinados agora pelo Supremo Tribunal Federal e cortará muitas cabeças pais afora. Para se ter uma idéia, em julho de 2000, o Estado do Rio teria 335 vereadores a mais do que determina a Constituição. De acordo com o IBGE, o TRE e a Procuradoria Geral da Justiça do Estado, dos 92 municípios fluminenses, somente 23 têm o número correto de legisladores.

Sendo assim, o ministro Maurício Corrêa teve o cuidado de divulgar a tabela que determina o número de vereadores com base na interpretação dada pelo STF ao artigo 29 da Constituição. Esta é a proporcionalidade que



“A polêmica acontece em ano eleitoral importantíssimo”

faltou ao texto original. Como se tratam de critérios aritméticos, a decisão seria de fácil aplicação. Mas a medida traz o erro capital de não reduzir as despesas dos municípios com as

câmaras municipais. Como compactuar com isso?

Para os defensores da medida, isso significaria mais dinheiro para investir no gerenciamento e na estrutura do Legislativo, como construção de sedes próprias e informatização de serviços. Mas a redução das vagas também pode restringir o poder de escolha do eleitor, beneficiando candidatos com maior poder aquisitivo e dificultando a ascensão à Câmara de verdadeiros líderes populares. E aí será fundamental a atuação do Ministério Público e do TSE na fiscalização contra o abuso do poder econômico e a fraude eleitoral.

LEANDRO SAMPAIO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

É cedo para saber

Fotos Daniela Barcellos

Em boa hora o Supremo Tribunal Federal (STF), através da Resolução Especial nº 197.917, deu um basta a uma série de interpretações feitas, ao longo do tempo, sobre o prescrito no artigo 29 da Constituição Federal, referente ao número de vereadores que cabe a cada Câmara Municipal das cidades brasileiras.

Ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) coube acatar a decisão da Magna Corte e regulamentá-la pela Resolução 21.702, já com vistas ao próximo pleito. Foi aplicado o princípio da proporcionalidade, onde os municípios com até 47.619 mil habitantes terão nove vereadores, número mínimo previsto pela Constituição, e a cada 47.619 moradores acrescenta-se mais uma cadeira na Câmara, num limite de 21 vereadores até um milhão de habitantes.

A estimativa do número de habitantes fica por conta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base no censo divulgado pelo órgão em 2003. Assim, a partir de janeiro de 2005, grande parte dos 5.567 municípios brasileiros terá menos vereadores, o que não significará, necessariamente, redução de despesas ou queda da representação popular nos legislativos brasileiros afora.

Até 1º de junho de 2004, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) verificará a adequação da legislação de cada município aos critérios declarados pelo STF, e na omissão ou desconformidade dela, determinará o número

“Os transtornos aos pré-candidatos exigirão correção de rumos”

de vereadores a eleger. Aos partidos políticos cabe se adequar às novas regras.

Os transtornos para pré-candidatos e agremiações partidárias, que estão a seis meses das eleições deste ano, são de grande monta e exigirão correção de rumos e maior criatividade nas campanhas eleitorais já deflagradas. Na minha cidade natal, Petrópolis, os representantes no Legislativo vão ser reduzidos de 21 para 15. Se a resolução foi positiva ou negativa, ainda é muito cedo para aferir. Lá na frente, veremos no que vai dar.



Legislativo fiscalizará arrecadação

DEPUTADOS DA NOVA COMISSÃO QUEREM CRIAR LINHA TELEFÔNICA PARA RECEBER DENÚNCIAS E EVITAR CORRUPÇÃO

MELISSA ORNELAS

Fiscalizar os tributos do estado, para que a arrecadação retorne à população em forma de benefícios; disponibilizar uma linha telefônica, para receber denúncias e, principalmente, evitar esquemas de corrupção como o que ocorreu na extinta Secretaria de Fazenda. Estas serão algumas das medidas adotadas pela nova Comissão Permanente de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização de Tributos, criada recentemente pela Alerj. O Projeto de Resolução, proposto pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o caso conhecido como Propinoduto, prevê o controle da arrecadação de impostos pela Casa, além da fiscalização já realizada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e pela Secretaria da Receita. O objetivo é evitar o desvio do dinheiro público. “A comissão será mais um mecanismo para inibir o tipo de conduta que os fiscais de renda do Propinoduto tiveram”, afirma o presidente da comissão, deputado Domingos Brazão (PMDB).

Tributos como o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS),

a principal arrecadação do estado atualmente, serão rigidamente fiscalizados. Também serão alvo de atenção redobrada as multas cobradas às empresas que estiverem fora da lei e a política de incentivos fiscais concedidas às indústrias instaladas no estado.

Outra proposta da Comissão é analisar o cancelamento de autos de infração de grandes multinacionais, como a Coca-Cola. No período entre 1999 e 2002, a Junta de Revisão Fiscal considerou improcedentes todos os autos de infração referentes às empresas de grande porte de cervejas e refrigerantes. Com a anistia, o estado deixou de arrecadar R\$ 468 milhões. “É importante saber a procedência desses cancelamentos que envolveram valores consideráveis”, diz o vice-presidente da Comissão de Tributação, deputado Paulo Melo (PMDB).

Para que a população possa fazer queixas e denúncias sobre o recolhimento de impostos no Rio, a comissão disponibilizará uma linha direta para os contribuintes entrarem em contato com a Alerj. “O serviço será fundamental para saber se as empresas estão em dia com os impostos e como o dinheiro chega aos cofres públicos”, explica o deputado Alessandro Calazans (PV).

Daniela Barcellos



Brazão preside a Comissão de Tributação

Por sugestão da comissão especial que acompanhou o andamento do processo do Propinoduto, foi criado o cargo de auditor fiscal do TCE, responsável por fazer diligências em todos os departamentos da Secretaria da Receita e enviar relatórios trimestrais à Alerj.

A Comissão de Tributação tem como membros efetivos os deputados Domingos Brazão (PMDB), Paulo Melo (PMDB), Otávio Leite (PSDB), Ricardo Abrão (PP), Alessandro Calazans (PV), Edson Albertassi (PSC) e Carlos Minc (PT).

CURTAS

Corpo de Bombeiros lava a estátua de Tiradentes

Daniela Barcellos



Como acontece todos os anos, no dia 20 de abril, véspera do Dia de Tiradentes, a estátua do mártir da Independência, localizada em frente à Assembleia Legislativa do Rio, foi lavada pelo Corpo de Bombeiros. Joaquim José da Silva Xavier, o mais célebre inconfidente de Minas Gerais, foi o único a não receber o perdão da rainha de Portugal. Ao morrer enforcado, em abril de 1792, depois de percorrer as ruas do Centro do Rio, o inconfidente virou símbolo da luta pela Independência do País.

Prevenção às drogas

No dia 27 de abril, o auditório Senador Nelson Carneiro, que fica no Palácio 23 de Julho (Anexo), sediou o lançamento da Semana Internacional de Prevenção às Drogas. O evento, organizado pelo deputado Márcio Corrêa (PMDB), teve como debatedores o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Guaracy Vianna, o cônsul da Colômbia, Juan Lozano, o diretor de Educação Física da Universidade Estácio de Sá, Marcelo Gomes da Costa, e o terapeuta familiar Nei Matos.

ENTREVISTA EIDER DANTAS

DEPUTADO PELO PFL

'Mais investimentos para o Pan'

Daniela Barcellos

ALFREDO JUNQUEIRA

O deputado Eider Dantas (PFL) está de volta à Alerj. Político experiente e hábil orador, o parlamentar estava licenciado desde o início da atual legislatura, para desempenhar o papel de secretário municipal de Obras do Rio de Janeiro. Fiel escudeiro do prefeito César Maia, Eider não usa meias-palavras para explicar seu retorno ao Legislativo estadual: veio para aumentar a força de oposição à governadora Rosinha Garotinho. O futuro do deputado, no entanto, ainda é incerto. Eider aguarda negociações políticas de seu partido para definir se continua na Alerj ou se integra, como vice, a chapa do prefeito do Rio em sua campanha pela reeleição.

Quais são suas prioridades neste retorno ao Legislativo?

Minha volta à Alerj aconteceu, em primeiro lugar, pela necessidade de me desincompatibilizar como secretário de Obras, para concorrer às eleições municipais deste ano, possivelmente compondo chapa com o prefeito César Maia. Além disso, há a necessidade de se fortalecer a oposição ao governo estadual nesta Casa. A democracia pressupõe que quem ganha a eleição exerce o Poder Executivo e quem perde faz oposição. Nós (PFL) perdemos a eleição majoritária em 2002. Logo, estamos aqui para fiscalizar o Governo do estado.

E como fazer essa fiscalização?

Já pedi informações sobre dois projetos da governadora. Um é o projeto Voluntários da Paz Também estou pedindo informações sobre a questão da dívida ativa. Quero saber como está o recebimento dos débitos de ICMS, de outros tributos do estado e, por último, se o estado está



fazendo os repasses de 25% que as prefeituras têm direito a receber dos pagamentos feitos na dívida ativa.

Como secretário municipal de Obras, o senhor acompanhou os preparativos para o Pan Americano de 2007. Como está o andamento do projeto?

Até este momento, só quem colocou

"Estamos aqui, como oposição, para fiscalizar o Governo do estado"

dinheiro nos Jogos Pan Americanos foi a prefeitura do Rio. Há um ano e seis meses a prefeitura vem fazendo investimentos em estádios e infraestrutura. Nos próximos meses, começam as obras de adaptação do Autódromo Nelson Piquet, em Jacarepaguá, para receber modalidades como ciclismo e natação. Até o projeto para a construção do túnel da Grota Funda está adiantado. O Governo federal liberou verba de forma velada, como empréstimo, via

BNDES, às construtoras responsáveis pela Vila Olímpica. Como deputado, pretendo continuar pressionando para que os investimentos previstos pelo Governo do estado saiam do papel.

A forte ligação com a Zona Oeste do Rio e a coordenação no projeto Rio Cidade são suas principais credenciais políticas. Como isto se reflete na sua atuação?

Desde 1990, venho obtendo votações expressivas na Zona Oeste. Em 2002 fui o deputado estadual mais votado na região. Isso é fruto de um trabalho de muitos anos e que vem sendo reconhecido pela população. Como secretário de Obras, dediquei boa parte do meu trabalho à Zona Oeste, com programas como o Rio Comunidade. Em relação ao Rio Cidade, trata-se de um projeto que revitaliza a parte de infra-estrutura e de superfície de áreas e corredores comerciais dos bairros. Mais de 40 comunidades já foram beneficiadas com as obras. Apesar de cada município do Rio ter sua tipicidade específica, sei que o programa poderia ser adaptado e levado para todo o estado.